

TRIÂNGULO DO SOL AUTOESTRADAS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME 02.509.186/0001-34

Relatório da Administração 2021

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 505.563 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 565.393 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação resultou principalmente pelo tráfego de 43.629 mil de eixos equivalente no ano de 2021, volume 5,3% acima do tráfego registrado no ano de 2020 (42.442 mil de eixos equivalentes). Em 2021, a receita com arrecadação de pedágio da Companhia aumentou 12,3% em relação ao ano de 2020, resultando em R\$ 603.836 mil. **Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas:** Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 155.966 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 200.586 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 68.345 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 63.858 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

	2021	AV%	2020	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - cons., manut. e oper. das rodovias	(49.090)	18,7%	(8.394)	3,8%	(40.696)	484,8%
Amortização de intangível	(64.967)	24,7%	(77.089)	34,8%	12.122	-15,7%
Custos com a exploração da concessão (custo variável outros)	(13.899)	5,3%	(8.302)	3,7%	(5.597)	67,4%
Gastos com prestadores de serviços	(41.921)	15,9%	(38.274)	17,3%	(3.647)	9,5%
Gastos com funcionários	(24.200)	9,2%	(22.005)	9,9%	(2.195)	10,0%
Gastos com materiais e equipamentos	(14.314)	5,4%	(11.679)	5,3%	(2.635)	22,6%
Custos com construção	(3.827)	1,5%	(3.422)	1,5%	(405)	11,8%
Prov. priscos civis, tributários e trabalhistas	(49.013)	18,6%	(48.504)	21,9%	(509)	1,0%
Reembolso de Seguros	2.909	-1,1%	(1.407)	0,6%	4.316	-306,8%
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.268)	0,5%	-	0,0%	(1.268)	0,0%
Outras receitas	2.667	-1,0%	2.554	-1,2%	113	4,4%
Outras despesas	(6.122)	2,3%	(5.235)	2,4%	(887)	16,9%
	(263.045)	100,0%	(221.757)	100,0%	(41.288)	18,6%

Classificadas como:
Custo dos serviços prestados (200.586) 76,3% (155.966) 70,3% (44.620) 28,6%
Gerais e administrativas (63.858) 24,3% (68.345) 30,8% 4.487 -6,6%
Provisão para perdas de crédito esperada (1.268) 0,5% - 0,0% (1.268) 0,0%
Outras receitas operacionais, líquidas 2.667 -1,0% 2.554 -1,2% 113 4,4%
Total (263.045) 100,0% (221.757) 100,0% (41.288) 18,6%

Quo o quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

	2021	AV%	2020	AV%	Var R\$	Var %
Custos Inerentes à Operação						
Funcionários	(24.200)	11,5%	(22.005)	10,5%	10,0%	10,0%
Materiais e equipamentos	(14.314)	6,8%	(11.679)	5,6%	22,6%	22,6%
Ônus variável da concessão	(13.899)	6,6%	(8.302)	4,0%	67,4%	67,4%
Prestadores de serviços	(41.921)	20,0%	(38.274)	18,2%	9,5%	9,5%
Provisão priscos civis, tributários e trabalhistas	(49.013)	23,3%	(48.504)	23,1%	1,0%	1,0%
Reembolso de Seguros	2.909	-1,4%	(1.407)	0,7%	-306,8%	-306,8%
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.268)	0,6%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Outras despesas	(6.122)	2,9%	(5.235)	2,5%	16,9%	16,9%
Sub Total	(145.161)	69,1%	(132.852)	63,3%	9,3%	9,3%
Depreciação e amortização	(64.967)	30,9%	(77.089)	36,7%	-15,7%	-15,7%
Sub Total	(210.128)	100,0%	(209.941)	100,0%	0,1%	0,1%

	2021	AV%	2020	AV%	Var R\$	Var %
Desp. Relac. a Ampliações e Manutenção						
Conserva especial	(49.090)	92,8%	(8.394)	71,0%	484,8%	484,8%
Constituição da provisão para manutenção	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Despesas com construção	(3.827)	7,2%	(3.422)	29,0%	11,8%	11,8%
Sub Total	(52.917)	100,0%	(11.816)	100,0%	347,8%	347,8%
Total Custos e Despesas Operacionais	(263.045)		(221.757)		18,6%	18,6%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram: • Materiais e equipamentos e Prestadores de serviços: i) reajustes de preços de materiais como massa asfáltica, equipamentos eletrônicos de arrecadação, manutenção de veículos, aluguel de veículos e combustíveis e lubrificantes; ii) reajustes de contratos de acordo com os índices estabelecidos entre as partes. • Provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos

	2021	2020	V.H.
EBITDA Ajustado			
Receita líquida	569.220	508.985	11,8%
Receita de construção	(3.827)	(3.422)	11,8%
Receita Líquida (ex. receita de construção)	565.393	505.563	11,8%
Custos operacionais	(263.045)	(221.757)	18,6%
Custos de construção	3.827	3.422	11,8%
Custos Operacionais (ex custos de construção)	(259.128)	(218.335)	18,7%
EBIT	306.175	287.228	6,6%
Depreciação e amortização	64.967	77.089	-15,7%
EBITDA	371.142	364.317	1,9%
Provisão manutenção	-	-	0,0%
EBITDA Ajustado	371.142	364.317	1,9%
Margem EBITDA Ajustada	65,6%	72,1%	-8,9%



Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.: A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, Estado de São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquã, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totaliza 442 km de extensão. Em 25 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve registro como "companhia aberta" junto à CVM. **AB Concessões S.A.** AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por ser um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Tailândia, México e Porto Rico. A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias Paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%). **1. Destaques do ano de 2021:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia em 2021 foi de R\$ 603.836 mil, 12,3% acima do observado em 2020 (R\$ 537.853mil). A receita líquida em 2021 foi de R\$ 565.393 mil (+11,8%). 'Exclui as Receitas de Construção. O tráfego da Companhia em 2021 foi de 43.629 mil de eixos equivalentes', ante 41.442mil em 2020 (+5,3%). 'Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. O EBITDA ajustado' em 2021 foi de R\$ 371.142 mil, contra R\$ 364.317 mil em 2020 (+1,9%). 'O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção). **2. Desempenho Operacional:** Com o fim das medidas restritivas, o número de veículos que transitarão pelas rodovias da Companhia em 2021 foi de +6,7% em comparação à 2020. Desde junho de 2017, o tráfego de veículos leves e pesados vinha apresentando sinais consistentes de recuperação e crescimento. Entretanto, a receita da Companhia acabou negativamente impactada pelo início da isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos (revogação da SLT 4, de 22 de julho de 2013) que, conforme publicação no DOESP do dia 31 de maio de 2018, "o equilíbrio das equações econômico-financeiras subjacentes aos contratos de concessão do Estado de São Paulo, na extensão em que afetado pelo disposto por esta resolução (SLT 4 de 30 de maio de 2018), será recomposto nos termos da resolução ST 2 de 11 de março de 2005". No ano de 2020, o tráfego da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19. No Estado de São Paulo foi decretado desde 21 de março de 2020 quarentena para serviços não essenciais em todos os 645 municípios do Estado. Somente serviços essenciais das áreas de alimentação, abastecimento, segurança, limpeza e bancos estavam autorizados a funcionar. Essas e outras medidas afetaram majoritariamente o tráfego. O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP-310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 62,4% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP-310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos. A tarifa média por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 13,84, o que representa um crescimento de 6,6% em relação ao ano de 2020. 'A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

	2021	AV%	2020	AV%	Var R\$	Var %
Receita Operacional Líquida	569.220	100,0%	508.985	100,0%	60.235	11,8%
Custo dos Serviços Prestados	(200.586)	-35,2%	(155.966)	-30,6%	(44.620)	28,6%
Lucro Bruto	368.634	64,8%	353.019	69,4%	15.615	4,4%
Receitas (Despesas) Operacionais						
Despesas gerais administrativas	(63.858)	-11,2%	(68.345)	-13,4%	4.487	-6,6%
Prov. p/Parcia Esperada-Contas a Receber	(1.268)	-0,2%	0,0%	0,0%	(1.268)	0,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.667	0,5%	2.554	0,5%	113	4,4%
Lucro Operac. antes do Result. Financeiro	306.175	53,8%	287.228	56,4%	18.947	6,6%
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	20.131	3,5%	109.178	21,5%	(89.047)	-81,6%
Despesas financeiras	(1.031)	-0,2%	(98.113)	-19,3%	97.082	-98,9%
	19.100	3,4%	11.065	2,2%	8.035	72,6%
Lucro Operacional e antes do IR e da CS	325.275	57,1%	298.293	58,6%	26.982	9,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social						
Correntes	(112.743)	-19,8%	(92.945)	-18,3%	(19.798)	21,3%
Diferidos	1.969	0,3%	(8.670)	-1,7%	10.639	-122,7%
Lucro Líquido do Exercício	214.501	37,7%	196.678	38,6%	17.823	9,1%
Lucro por Ação Básico e Diluído - R\$	351,64		322,42		29,22	9,1%

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2021	AV%	2020	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	603.836	97,0%	537.853	96,6%	65.983	12,3%
Outras receitas	14.850	2,4%	15.285	2,7%	(435)	-2,8%
Receita de serviços de construção (*)	3.827	0,6%	3.422	0,6%	405	11,8%
Receita bruta	622.513	100,0%	556.560	100,0%	65.953	11,9%
Impostos sobre as receitas:						
Imp. s/Serv. de Qualquer Natureza - ISSQN	(30.697)	-4,9%	(27.372)	-4,9%	(3.325)	12,1%
PIS	(4.024)	-0,6%	(3.598)	-0,6%	(426)	11,8%
COFINS	(18.572)	-3,0%	(16.805)	-3,0%	(1.767)	11,8%
Receita líquida	569.220	91,4%	508.985	91,5%	60.235	11,8%
Receita Líq. (exclui receita de construção)	565.393	90,8%	505.563	90,8%	59.830	11,8%

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.808	59.580	Debitores	10	-	48.780
Contas a receber de clientes	5	41.268	33.665	Passivo de arrendamento	-	-	51
Tributos e encargos a recuperar	6	10.503	4.695	Fornecedores	11	14.603	16.667
Contas a receber de partes relacionadas	7	-	473	Débitos com partes relacionadas	7	1.754	5.451
Debitores com partes relacionadas	7	174.783	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	40.851	27.187
Outros ativos	7	7.373	5.574	Obrigações fiscais	13	7.048	5.108
Total dos ativos circulantes		284.735	103.987	Credor pela concessão	12	1.772	780
Não Circulantes				Provisão para manutenção	14	10.938	-
Outros ativos	9	9.201	6.491	Obrigações sociais e trabalhistas	7	4.005	3.736
Debitores com partes relacionadas	7	-	538.025	Outras contas a pagar	7	1	273.021
Tributos e encargos a recuperar	6	70.373	-	Outras contas a pagar	7	2.908	3.234
Depósitos e bloqueios judiciais	15	108.001	115.665	Total dos passivos circulantes		83.880	384.015
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	58.038	56.069	Não Circulantes			
Total do realizável a longo prazo		245.613	716.250	Provisão priscos civis, trabalhistas e tributários	15	140.208	108.804
Direito de uso	-	-	48	Total dos passivos não circulantes		140.208	108.804
Intangível	9	-	59.878	Capital social	16	71.000	71.000
			59.926	Reservas de capital	16	97.835	97.835
Total dos ativos não circulantes		245.613	776.176	Reservas de lucros	16	137.425	218.509
Total dos Ativos		530.348	880.163	Lucros acumulados	-	-	-
				Total do patrimônio líquido		306.260	387.344
				Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		530.348	880.163

Demonstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva Lucros	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		71.000	97.835	14.200	206.208	-	389.243
Dividendos distribuídos (R\$ 192,48 por ação)	-	-	-	-	-	196.678	196.678
Lucro líquido do período	-	-	-	-	(149.408)	(149.408)	(149.408)
Dividendos distribuídos (R\$ 244,39 por ação)	16	-	-	-	(49.169)	(49.169)	(49.169)
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	147.509	(147.509)	-
Transferência para lucros retidos	-	-	-	-	204.309	(204.309)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		71.000	97.835	14.200	204.309	-	387.344
Lucro líquido do período	-	-	-	-	214.501	214.501	214.501
Dividendos distribuídos (R\$ 163,93 por ação)	16	-	-	-	(100.000)	(100.000)	-
Dividendos distribuídos (R\$ 54,60 por ação)	16	-	-	-	(33.309)	(33.309)	-
Dividendos distribuídos (R\$ 116,39 por ação)	16	-	-	-	(71.000)	(71.000)	-
Dividendos distribuídos antecipadamente (R\$ 149,63 por ação)	16	-	-	-	(91.276)	(91.276)	-
Transferência para lucros retidos	-	-	-	-	123.225	(123.225)	-
Saldos em 30 de dezembro de 2021		71.000	97.835	14.200	123.225	-	306.260

1. Contexto Operacional: A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de

...continuação

cos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Tarifas que possam ajustar a taxa contratual em função de taxas variáveis; • O prêmio pago pelo emissor no prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente:** Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo se o instrumento não for classificado como mantido para venda, não for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** Ativos Financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos para o VJR. Um passivo financeiro não é desreconhecido quando todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos Financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado líquido. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas de crédito para os clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para a título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro ou sua totalidade em um período razoável. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2. Ativo Intangível: Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão:** A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso. **Ativos Intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso. **2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, entre outros, os impostos, a avaliação ativa de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual se estima o valor em uso. Os fluxos de caixa futuros não são o montante recuperável de um ativo (ou título de gerador de caixa) calculável, for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **2.4. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos períodos. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de fato. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis e trabalhistas e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a Nota 8. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso o direito legal de compensação passivos e ativos fiscais diferidos, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.5. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritas na Nota 15. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.6. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receita é mensurada com base no valor justo das vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. **Receita de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio do concluído da obra é determinado com base no avanço físico e financeiro das partes relacionadas. **Receita de manutenção:** A receita é reconhecida pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a recei-

ta correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas internacionais de contabilidade - IFRS. A Companhia reconheceu como receita de construção no período findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$3.827, (R\$3.422 em 2020), e custo de construção nos mesmos valores. **Receita e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos jurídicos, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. **2.8. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o período. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo do período à média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição. **2.9. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado no rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. **2.10. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o preço de venda líquido das vendas de bens e serviços de acordo com as IFRS, pois não é uma demonstração prevista dentro obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Normas novas, alterações e interpretações de normas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 a demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras

Norma	Descrição	Impacto nas Informações contábeis
IAS 37 / CPC 25 - Contrato Oneroso	As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato e o objetivo de avaliar o custo de um contrato. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.	As modificações no IAS 37/ CPC 25 entrarão em vigor em 2022, sendo em contato com o objetivo de avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir reavaliação. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2023. Adoção antecipada para fins das Normas IFRS é permitida. Porém, no Brasil a adoção depende da aprovação dos órgãos reguladores, e geralmente não é permitida adoção antecipada.
Alterações ao IAS 1 / CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados serão reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir reavaliação. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2023. Adoção antecipada para fins das Normas IFRS é permitida. Porém, no Brasil a adoção depende da aprovação dos órgãos reguladores, e geralmente não é permitida adoção antecipada.

	2021	2020
Salários	1.576	1.214
Encargos	428	394
Outros benefícios	186	312
Total	2.190	1.920

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos		Variação	
	2021	Resultado	2020
Diferença temporária:			
Prov./riscos cíveis, trabalhistas e tributários	140.208	31.404	108.804
Obrigações fiscais	21.069	2.060	19.009
Provisão de prática contábil (CPC 01 e CPC 05 (I))	-	(8.514)	8.514
Mudança para perdas do crédito esperada	6.390	1.268	5.122
Arrendamento mercantil	-	(3)	3
Provisão para Manutenção	10.939	10.939	-
Base de cálculo	178.606	37.154	141.452
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos e diferenças temporárias	60.726	12.632	48.094
Benefício fiscal incorporado (ii)	-	(10.150)	10.150
Total dos créditos	60.726	2.482	58.244
Variação		2021	Resultado
Diferença temporária:			
Outros ativos (v)	7.906	(2.908)	4.997
Ajuste a valor presente líquido (iii)	-	1.319	1.319
Encargos financeiros antecipados (iv)	-	81	81
Base de cálculo	7.906	(1.509)	6.397
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	2.688	(513)	2.175
Crédito de IR e contrib. social diferidos, líquido	58.038	1.969	56.069

Débito de imposto		2021		Resultado		2020	
Diferença temporária:							
Outros ativos (v)	7.906	(2.908)	4.997				
Ajuste a valor presente líquido (iii)	-	1.319	1.319				
Encargos financeiros antecipados (iv)	-	81	81				
Base de cálculo	7.906	(1.509)	6.397				
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%				
Total do débito	2.688	(513)	2.175				
Crédito de IR e contrib. social diferidos, líquido	58.038	1.969	56.069				

(i) O montante líquido de R\$8.514 em 31 de dezembro de 2020 foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da lei 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do Ativo Imobilizado (fiscal) versus amortização do Ativo intangível (contábil) e provisão de manutenção, e foi amortizado pelo prazo remanescente de concessão. (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ativo de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica (CPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reservas de capital" no patrimônio líquido. O órgão que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e foi realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ativo incorporado que o originou, até o trimestre findo em 30 de setembro de 2021. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões, foi deliberado acerca do depósito judicial do ativo fiscal amortizado pela Companhia entre 2018 e 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 81.111, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ativo fiscal, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do ativo pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ativo fiscal pela Companhia nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 6). (iii) O montante de R\$1.319 em 31 de dezembro de 2020 foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente. (iv) Refere-se às deduções de debêntures, comissões e imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidas na liberação das debêntures, conforme nota explicativa nº 10. (v) Refere-se aos casos onde a Companhia espera que parte dos valores das provisões de contingências seja reembolsado, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na nota explicativa nº 15. A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	2021	2020
2022	59.367	-
A partir de 2023	1.359	-
	60.726	-

Na determinação da estimativa de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia estimou que haverá lucro tributável durante o ano de 2022 contra o qual tais diferenças serão realizadas. A estimativa de lucro tributável leva em consideração a resolução dos desequilíbrios contratuais já reconhecidos por meio de Termos Aditivos Modificativos (TAMs), firmados entre a Companhia e o Poder Concedente, e outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida (conforme nota explicativa nº 1). **b) Reconhecimento dos impostos:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos são reconhecidos com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imp. de renda e da contribuição social	325.275	298.293
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imp. renda e contrib. social	(110.754)	(101.420)
Diferenças permanentes	(180)	(195)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(110.774)	(101.615)
Representada por despesa de IR e contribuição social:		
Correntes	(112.743)	(92.945)
Diferidos	1.969	(8.670)
	(110.774)	(101.615)
Alíquota efetiva dos impostos	34,06%	34,07%

9. Intangível: A movimentação é como segue:		2021		2020	
	Direito de Intangível em exploração (a)	rodovias (b)	Outros	Total	
Saldos em 31/12/2019	74.375	897.974	3.497	975.846	
Aquisições	-	7.687	29	7.716	
Baixas	-	(1.020)	-	(1.020)	
Saldos em 31/12/2020	74.375	904.641	3.526	982.542	
Saldos em 31/12/2020	74.375	904.641	3.526	982.542	
Aquisições	-	6.715	1	6.716	
Baixas	-	(1.439)	(11)	(1.450)	
Transferências (*)	-	(2.217)	-	(2.217)	
Saldos em 31/12/2021	74.375	907.700	3.516	985.591	
Direito de Intangível em exploração (a)		rodovias (b)	Outros	Total	
Saldos em 31/12/2019	(69.839)	(774.134)	(3.252)	(847.225)	
Amortizações	(2.832)	(73.259)	(83)	(76.174)	
Baixas	-	735	-	735	
Saldos em 31/12/2020	(72.671)	(846.658)	(3.335)	(922.664)	
Saldos em 31/12/2020	(72.671)	(846.658)	(3.335)	(922.664)	
Amortização	(1.704)	(62.414)	(192)	(64.310)	
Baixas	-	1.372	11	1.383	
Saldos em 31/12/2021	(74.375)	(907.700)	(3.516)	(985.591)	
Direito de Intangível em exploração (a)		rodovias (b)	ware e outros	Total	
Saldos em 31/12/2020	1.704	57.983	191	59.878	
Saldos em 31/12/2021	-	-	-	-	
Taxa média (a.a.)	2,29%	7,14%	5,13%	-	

Transações que afetaram o resultado		2021		2020	
Custo do Serviço Prestado					
Outras partes relacionadas					
Soluçiona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(13.565)	(10.980)			
Despesas Administrativas					
AB Concessões S.A. (b)	(10.455)	(10.904)			
	(24.020)	(21.884)			
Receitas financeiras					
Controladora					
AB Concessões S.A. (a)	16.275	22.928			

(*) Refere-se a valores de despesas antecipadas, reclassificadas para a rubrica de Outros Ativos, cujos valores serão aplicados nas rodovias administradas pela Companhia. (a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada, para o período da concessão, cujo saldo foi totalmente amortizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022. (b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota 1. A amortização foi efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. A administração da Companhia não identificou indicação de que que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021. **10. Debêntures**

Série emitida	Quantidade	data	Taxas contratuais (%)	Vencimento	2021	2020
5ª emissão	390.100	CDI + 2,20% a.a.	Feb/2021	-	48.861	-
					-	(8.81)
Custo de transação					-	(46.06)
Total					-	(48.780)

5ª Emissão: Em 16 de junho de 2018, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014, posteriormente, para 15 de abril de 2020. Em Assembleia geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2020 seu vencimento foi prorrogado para 30 de setembro de 2021. Em Assembleia Geral extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 e 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em 14 de setembro de 2022. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização. Os recursos repassados à controladora, por meio

...continuação

18. Custos e despesas por natureza	2021	2020
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(49.090)	(8.394)
Despesas de amortização (*)	(64.967)	(77.089)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(13.899)	(8.302)
Despesas/Custos com prestadores de serviços	(41.921)	(38.274)
Despesas com funcionários	(24.200)	(22.005)
Despesas com materiais e equipamentos	(14.314)	(11.679)
Custos com construção	(3.827)	(3.422)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(49.013)	(48.504)
Seguros	2.909	(1.407)
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.268)	-
Outras receitas	2.667	2.554
Outras despesas gerais e administrativas	(6.122)	(5.235)
Total	(263.045)	(221.757)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(200.586)	(155.966)
Despesas gerais e administrativas	(63.858)	(68.345)
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.268)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	2.667	2.554
Total	(263.045)	(221.757)

(*) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16 e CPC 06 (R2). Este último no valor de R\$ 657 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 916 em 31 de dezembro de 2020.

19. Receitas e despesas financeiras	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita c/rendimentos de aplicação financeira e outras	3.856	3.889
Juros com partes relacionadas	16.275	22.928
Receita c/operações instr. financ. derivativos - Hedge	-	2.516
Outras receitas c/oper. instr. financeiros derivativos	-	79.845
Total	20.131	109.178
Despesas financeiras		
Juros e var. monetárias s/empréstimos e debêntures	(274)	(15.478)
Despesa c/oper. instr. financeiros derivativos - Hedge	-	(752)
Outras despesas c/oper. instr. financeiros derivativos	-	(79.771)
Outras despesas financeiras	(757)	(2.112)
Total	(1.031)	(98.113)

Resultado financeiro **19.100** 11.065
Lucro por ação: A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	2021	2020
Lucro líquido do exercício	214.501	196.678
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	351,64	322,42
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos. 21. Demonstração dos fluxos de caixa: Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.		
Impostos a recuperar - IRRF	(33.303)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(33.303)	
Debêntures com partes relacionadas	379.517	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	379.517	
Dividendos pagos a acionistas	(346.214)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(346.214)	
José Renato Ricciardi - Diretor Presidente		

Aos Conselheiros e Diretores da **Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**, *Matão - SP*. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão, detido pela Companhia, foi estendido para 3 de abril de 2022 de acordo com o Termo de Retirratificação ou Termo Aditivo e Modificativo nº 24. A Companhia possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente que caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormiência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros:** Veja as Notas 2.5 e 15 das demonstrações financeiras: **Principal assunto de auditoria:** A Companhia é parte passiva em processos judiciais ou administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária, e outros processos, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Companhia reconhece uma provisão para um processo judicial ou administrativo quando existe uma obrigação presente, é provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. A probabilidade de uma saída de recursos e o montante esperado para liquidar essa obrigação é determinado com base no julgamento dos seus assessores jurídicos que consideram na sua avaliação a natureza e a jurisprudência de processos semelhantes. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à natureza e à extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar o resultado desses procedimentos e os possíveis impactos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - reconciliar as informações recebidas nas respostas das cartas de circularização, encaminhadas pelos assessores jurídicos externos, com o relatório interno da Companhia sobre a posição dos processos em andamento, se atentando para a suficiência dos montantes esperados para liquidação da obrigação e a probabilidade de perda estimada para cada processo; - reconciliar o relatório interno sobre a posição dos processos em andamento da Companhia com o registro contábil, verificando se todas as causas com probabilidade de perda provável foram adequadamente reconhecidas por montantes suficientes; - avaliar se as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados sobre os principais processos da Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos de provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e outros processos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por

TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/ME 02.509.186/0001-34

Reconciliação das atividades de financiamentos	Dividendos a pagar	Debêntures	Total
	(273.021)	(48.780)	(321.801)
Saldo Inicial			
Varição dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamento de dividendos	222.390	-	222.390
Debêntures:			
Pagamento de principal	-	48.774	48.774
Pagamento de juros	-	280	280
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	222.390	49.054	271.444
Outras variações			
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	-	(274)	(274)
Distr. de dividendos (nota nº 16)	(295.585)	-	(295.585)
Compensação de debêntures a receber com dividendos a pagar (nota nº 7)	346.215	346.215	692.430
Total das outras variações	50.630	(274)	50.356
Saldo Final	(1)	-	(1)

22. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria: **Valor justo dos instrumentos financeiros:** a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado:* Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que: 1. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias. 2. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo inferior a um ano e estão atreladas a operações de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na nota 7 e incorporam os juros a receber até a data do balanço. 3. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

	2021	2020
Ativos		
Contas a receber de clientes	41.268	33.665
Contas a receber de partes relacionadas	-	473
Debêntures com partes relacionadas	174.783	538.025
Passivos		
Fornecedores	14.603	16.667
Passivos com partes relacionadas (contas a pagar)	1.754	5.451
Debêntures - 2ª emissão - 1ª série e 5ª emissão (*)	-	48.861
Credor pela concessão	1.772	780

(*) saldos brutos - não consideram os custos de transação. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021	2020
Valor contábil	Valor justo	Valor justo
41.268	41.268	33.665
174.783	174.783	538.025
-	-	48.780
-	-	48.921

(*) Valores brutos dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na nota explicativa nº 10. b) *Instrumentos financeiros registrados ao valor justo:* Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo). **Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de mercado; Risco de crédito; Risco de liquidez; a) **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Exposição a riscos e de taxas de juros:* A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos às debêntures a receber

de partes relacionadas e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram consideradas reduções de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures com partes relacionadas e aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: • Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2021; • Cenário II: redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021; • Cenário III: redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021. Os cenários II e III, de redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável (I)	25% (II)	Cenário 50% (III)
Variação do CDI (i)	-	11,79%	8,84%	5,90%
Aplic. financ. e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, oper. comprom. - CDI	46.056	5.292	3.970	2.648
Debêntures ativas - CDI	174.783	23.821	15.455	10.303
Exposição líquida	220.839	29.113	19.425	12.951

Redução nas receitas financeiras em relação ao cenário base - (9.688) (16.162) (i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2021. *Exposição a riscos cambiais:* Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) *Risco de crédito:* Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobrança. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. A Companhia apresenta valores a receber principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	2021	2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	50.808	59.580
Contas a receber e partes relacionadas	41.268	34.138
Debêntures com partes relacionadas	174.783	538.025

c) *Risco de liquidez:* O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos em reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O gerenciamento do risco de liquidez também leva em consideração a gestão da distribuição de dividendos aos acionistas, os quais, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, tem sido compensados com as debêntures a receber de partes relacionadas. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos

de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Modalidade	Valor contábil	Juros Estimados (*)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante
Ativos					
Contas a receber e contas a receber poder concedente	41.268	-	41.268	-	41.268
Debêntures com Partes relacionadas	174.783	9.637	-	184.420	184.420
Total	216.051	9.637	41.268	184.420	225.688
Passivos					
Credor pela concessão	(1.772)	-	(1.772)	-	(1.772)
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	(16.357)	-	(4.392)	(11.965)	(16.357)
Outras contas a pagar	(2.908)	-	-	(2.908)	(2.908)
Total	(21.037)	-	(6.164)	(14.873)	(21.037)
Exposição líquida	195.014	9.637	35.104	169.547	204.651

(*) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2021 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. **23. Gestão de risco de capital:** A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **24. Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	23.465	09/2022
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	60.000	09/2022
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	65.326	09/2022
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	138.795	09/2022

25. Informação por segmento: Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos. **26. Eventos subsequentes:** Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões S.A., foi deliberado acerca da parcela de ágio fiscal amortizado pela Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. e não autuado pela Receita Federal do Brasil; tema em sequência ao quanto deliberado na reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021, nos seguintes termos: (ii) Aprovação do ajuizamento do ágio pela AB Triângulo, mediante depósito judicial do valor amortizado, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 81.111, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada, o pedido de restituição do ágio da Companhia, deliberado na reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021.

Alexandre Lauriano de Menezes - Contador CRC ES 015.214/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19 de março de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2022. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP014428/O-6, **Fernanda A. Tessari da Silva** - Contadora CRC 1SP252905/O-2.